

RUI BARBOSA, UM HOMEM

LUIZ DELGADO

Sabíamos nós todos, sabia o Brasil inteiro, desde o comêço, desde sempre, que Rui Barbosa não foi nenhum deus desgarrado neste nosso planeta onde os mais sábios não se livram do êrro e os mais santos não se isentam do pecado. Afinal, quem não sabe que conspiram contra a ação de qualquer homem circunstâncias exteriores e interiores, em face das quais, muitas vêzes, a inteligência se perturba e a vontade se dobra? Acontece isso com o cientista fechado no seu laboratório, com o monge recolhido em sua cela. Com quanto maior razão acontecerá com o estadista, com o político, envolvido por natureza da vocação nas vastas e fortes paixões coletivas que vive ora a estimular para o que julga ser o bem, ora a aplacar à vista do que supõe ser o mal?

Por isso mesmo, independente de qualquer indagação biográfica, ninguém supôs, até hoje, que Rui tivesse vencido êsses limites de nossa condição humana.

Antes de tudo, não poderia êle situar-se no centro, no foco de tantos movimentos sociais e políticos do seu tempo, se fôsse um apagado, um amorfo. Para lutar, como lutou, em tantas e tão duras batalhas, desde a mocidade à velhice, impunha-se que o seu temperamento fôsse vivo e aceso, que chispasse como um nobre granito, ao ser tocado. E nenhum grande combativo escapou jamais aos riscos de um gênio assim.

Demais, por sua feição intelectual congênita, pela educação recebida e pelo fato de ter feito da oratória o seu instrumento de atuação pública, — seu estilo teria de ser grandioso, orquestral. Um verbo frouxo ou terno não atigaria campanhas como as da república ou do civilismo. Ponde em eventuais fulgurações de eloquência comicial aqueles calores do temperamento, e compreenderéis que um homem se exceda, aqui e ali, quando pugna pelos interêsses gerais e pelos dex

tinios — ou mesmo pelo que apenas imagina serem os interesses e os destinos de sua comunidade.

Os autênticos estudiosos da vida e do pensamento de Rui Barbosa — um João Mangabeira, um Luiz Viana Filho, um Américo Lacombe, jamais perderam de vista essa realidade e, em função dela, dentro de suas perspectivas, puderam escrever trabalhos tão lúcidos quanto exatos. Agora, porém, anunciando que vai fazer “uma revisão histórica e política”, levanta-se um escritor, o Sr. Raimundo Magalhães Júnior, e faz circular um volume cujos vinte capítulos são como vinte descidas de um pirata nas costas desprevenidas de um grande país, ferindo e depredando, sem plano de guerra ou intuito de ocupação: somente pelo gosto de arrazar, levando talvez algum despôjo.

Quem deduzir, do título do volume, que o autor pretendeu destruir um mito e revelar um homem, cedo verá que se enganou. O que resultaria das exegeses do Snr. Magalhães Júnior, a serem elas probas e concludentes, não seria um homem: seria um trapo. Ao conceito comum de homem estão ligadas certas qualidades que se ajustam à própria estrutura do sêr. Não mereceria tal designativo um indivíduo que, chegando, ou não, às alturas de Rui, tivesse dentro de si apenas aquela versatibilidade, aquelas ambições, aquelas invejas, aqueles ressentimentos, aquela “elasticidade de critérios morais” (pág. 175). Seria, quando muito, um vilão. E quando o autor ainda se põe a chamá-lo, numa página ou noutra, de “grande homem”, abrem-se aos olhos do leitor três hipóteses: ou é ironia, ou é falta de lógica em concluir, ou é aplicação de uma doutrina bem lastimável sobre o que seja grandeza humana...

Ainda bem que é a si mesmo, só a si mesmo, que o veemente acusador destroi, com a exibição de uma fúria doentia que não examina os argumentos de que se vale e acaba induzindo a desfavoráveis idéias sobre sua própria inteligência.

Pois, não é impunemente que alguém se ergue diante de um vulto com o valor de Rui Barbosa para gritar que êle não tem valor algum. Para não lhe descobrir uma virtude. Para transformar em motivo ou pretexto de agravo tudo quanto tem de dizer a seu respeito.

Ninguém ignora — por exemplo — mesmo sem ler o livro, simplesmente através da publicidade em tôrno dêle, como o

Snr. Magalhães Júnior pretende alargar e agravar as famosas “contradições de Rui”. Ao ver do autor, seria, mesmo, essa, uma das características do eminente brasileiro — a de contradizer-se a cada passo. “Contraditório, como sempre” — resume, à pág. 132. Mas, há um momento em que é levado a referir-se ao episódio em que Rui, convidado a ser ministro no gabinete de Ouro Preto, culminância de carreira dentro do seu partido, recusa o convite por não se ter incluído no programa do governo a federalização das províncias por êle advogada. Aqui, não é possível acusar de incoerente. Deixará, porém, o Snr. Magalhães Júnior, de acusá-lo? Não. Acusa-o de fanático... Lá está, na página 106: “abraçou a idéia da federação com um ardor tão fanático que, a 6 de junho, recusou uma pasta ministerial oferecida por Ouro Preto com assentimento do imperador”. Quando não é contraditório, é fanático — contanto que não esteja certo nunca, no julgamento do verrinário. Cabe, então, perguntar que espécie ou que grau de inteligência incorpora o Snr. Magalhães Júnior ao seu intuito sistemático, cego, irracional, de acabar com o renome do grande brasileiro.

Político de idéias estreitas e de atitudes versáteis, Rui Barbosa, porém, na opinião do Snr. Magalhães Júnior, é, antes de mais nada, um indivíduo sem moral e sem escrúpulos.

Por incrível que pareça, é nisso que se resume o libelo, êsse é o seu ítem fundamental. A técnica, o mecanismo das acusações forjadas consiste sempre em descobrir ou insinuar deslises de ordem ética através de toda a atividade de Rui — como advogado, como jornalista, como administrador, como homem público e até como indivíduo privado. Por isso mesmo, o moderado Snr. Américo Jacobine Lacombe não se conteve e falou abertamente em fraude.

Logo na página 1, transportando-se para a página 2, deparamos o texto da primeira de tais investidas: Rui aparece retratado como um “jovem maçon” cujo “anti-clericalismo era o mais violento e radical. Na idade madura, tal radicalismo permaneceria o mesmo. Começa a atenuar-se, porém, depois dos 40 anos, quando as ambições políticas o dominam e a Presidência da República passa a ser, para êle, uma idéia fixa”.

Eis, aí, a mudança de atitude religiosa atribuída a mero cálculo eleitoral, a hipocrisia, a falsidade. Que fundamento,

porém, oferece o acusador para semelhante acusação? Nenhum, positivamente nenhum, nem o mais leve, nem o mais frágil. Será, isso, revisão da história? Será demonstração de agudeza e de probidade intelectuais?

Na verdade, o ímpeto anti-clerical de Rui na época em que traduziu e prefaciou *O Papa e o Concílio*, é espantoso. Mas, mudaram as influências do meio, amadureceu a consciência do homem. Cêrca de vinte anos depois, no alvorecer da República, institui, com o apoio de D. Macedo Costa, um regime legal que foi benéfico para a igreja na medida em que, simplesmente, foi equitativo e moderado. Alguns doze anos somam-se a êsses vinte, e a oração do Colégio Anchieta é a voz de um sentimento diverso, de uma convicção religiosa que irá crescendo e terminará nos ouvidos de um frade franciscano em Petrópolis, perto de morrer. Será, êsse, o primeiro espírito que faz semelhante viagem? Terá a Igreja de Cristo em sua secular trajetória desempenhado papel mais constante e mais generoso do que êsse, de recolher os corações convertidos de seus antigos adversários? Se a conversão não é coisa rara e se nenhuma palavra ou gesto de Rui Barbosa faz suspeitar de sua evolução íntima, — como ousa, êsse libelista, lançar tão grave inculpação?

Isso é o que se vê na primeira página. E daí até a última, será sempre o mesmo o modo de proceder dêsse pseudo-retificador da história.

Encontra-se Rui Barbosa no exílio, em Londres. Convidado a escrever para um diário brasileiro, redige artigos que serão as *Cartas de Inglaterra* que Raimundo Magalhães censura por não tratarem da Inglaterra, numa pobre demonstração de espírito (pág. 110). Num dêles, defende a idéia de protegermos nossas costas atlânticas com uma forte esquadra. Sem responder aos argumentos de Rui mas ceifando largamente na lavoura alheia, o censor enche suas páginas (210 a 218) com transcrições de trechos dessa *Carta*, intercalando-os de tendenciosos e débeis comentários próprios, ao têrmo dos quais chama a atenção do leitor para a quantidade dos livros citados. Pois, sabeis o que insinua? Escutai-o: “para reunir tôda essa vasta bibliografia sòzinho, lê-la, anotá-la, buscar as passagens convenientes aos seus pontos de vista, mesmo um

leitor infatigável, como Rui, consumiria não dias, mas semanas, talvez vários meses. Valeria a pena desenvolver tal esforço para escrever quatro artigos de jornais? Tais artigos, aliás, Rui os escreveria sem esperar ou pleitear remuneração. Tanto mais onerosas seriam em tal caso as despesas com a livralhada reunida para fim tão limitado. Parece, pois, tratar-se, como já notamos, de bibliografia preparada com requintes técnicos por pessoas altamente especializadas em fornecer argumentos para a compra de navios de guerra” (pág. 219).

Forja Magalhães, como se vê, a miséria de fazer de Rui um agente ou testa de ferro de vendedores de armas!

Um homem que tenha o senso da dignidade própria e da alheia, não articula uma hipótese dessas: ou acusa cabalmente se tem provas e indícios, ou não a inclui em suas cogitações. Um patriota sensível à dignidade do seu país e do seu povo, não se abalança a ultrajar assim qualquer dos vultos em que a nacionalidade se reconhece — um Rui, um Rio Branco, um Caxias, um Nabuco.

E êsse mesmo atassalhador transcreve uma carta de Rui a Afonso Pena, em que o signatário aponta como êrro ter-se feito a encomenda a um só estaleiro, retardando-se a chegada dos navios. De quantas firmas seria Rui, nesse caso, o caixeiro?

O máximo que uns restos de escrúpulos arrancam a essa pena tão ferina à honra alheia, é um talvez... Vou citar: “Rui entrou de corpo e alma em tal campanha” (a de reconstrução de nossa marinha de guerra. “Ainda que levado, talvez, por desinteressado e ingênuo sentimento de adesão, fê-lo com um entusiasmo de que hoje só seria capaz um bom *public relations*”. Está escrito na página 210. E essas palavras abrem janelas sôbre um abismo: para o Snr. Raimundo Magalhães Júnior, todo entusiasmo é, hoje, artifício, propaganda, negócio... Que diremos, então, dêsse seu entusiasmo em denegrir as altas figuras do passado da Pátria?

Como se vê, o livro do Snr. Magalhães Júnior não é o esforço de desfazer um mito e revelar um homem. Muito menos que isso, muito pior do que isso, é um empenho normalmente inexplicável de rebaixar, de aviltar um grande homem, diante de cuja grandeza e pela evidência com que ela se impõe, a tentativa seria apenas mesquinha e fútil, se não viesse dar-lhe

uma melancólica e negativa importância essa persistente má-fé na proclamação de falhas morais que o mais rigoroso dos juizes não identificaria nunca. Renova-se e insiste essa má-fé, a propósito do encilhamento.

Em suas linhas mais sumárias, o complexo episódio que passou à história com essa designação, enquadra-se na política de arrancar o país de uma crise econômica que era aspecto de uma estagnação geral e se agravava com a libertação dos escravos. O ministério Ouro Preto, último da monarquia, organizado depois do 13 de maio, iniciou uma série de medidas destinadas a promover o desenvolvimento — como se diria hoje. Eram medidas inspiradas pelo espírito de uma época em que — ao contrário de hoje — o governo não fazia diretamente serviços industriais: limitava-se a conceder isenções, garantir juros, dar prêmios e privilégios, etc., tudo com o objetivo — repita-se — de animar a produção de bens, a circulação de riquezas, a utilização das terras.

Feito ministro da Fazenda pelo advento da República, Rui Barbosa encontrou criada semelhante situação e reforçou-a, embora tivesse combatido, antes, algumas decisões particulares tomadas nessa linha. A mudança das instituições políticas não somente combinava com essa renovação de hábitos como também — quem sabe? — iria beneficiar-se dessa animação econômica, dessa difusão de espírito empreendedor.

Ocorre, no entanto, que os homens se afervoram e se atropelam quando se lhes oferece uma possibilidade de lucro material. Grandes obras de indiscutível alcance como Panamá, ficarão por isso mesmo, na história, sinônimos de enormes escândalos. A análise de todos os sucessos dêsse tipo revelaria uma inextrincável mistura de generosos idealismos, de ingênuas ambições e de fantásticas rapinas; e bem se pode dizer que tanto mais amplas são estas, a ponto de serem absurdas, quanto mais retos são aqueles. Foi isso, então, o que se repetiu no Brasil, de 1890 a 1892, inventando-se firmas sem futuro e projetos sem base, para se obter privilégios oficiais e se reunir dinheiro do povo. Quando a especulação se foi fazendo alarmante e a inviabilidade de muitas empresas se tornando patente, pôs-se o governo a tomar providências restritivas que apressaram o alar-

ma, a derrocada, a quebra. À febre do enriquecimento, sucederam assim o desespero e o pânico.

Eis aí o apelidado encilhamento. É um fato histórico. E a responsabilidade dêle não cabe exclusivamente a Rui Barbosa mas é claro que dela não pode êle ser excluído.

Convém ponderar, no entanto, que em todo plano financeiro é inevitável certa margem de riscos, certa soma de imprevisíveis. Depois de encerrado o episódio, já se sabendo como certos efeitos decorreram de certas causas e que causas foram essas, reveladas, aliás, tornadas ostensivas, pelo próprio efeitos registrados, — fica muito fácil profetizar e criticar. Uma tarefa é a do teórico que tranquilamente examina o que já aconteceu, e outra — muito diversa — a do administrador que não apenas examina mas enfrenta uma realidade viva, perturbada pelas ambições de uns e pelas oposições de outros, pelas verdades que êstes julgam ver e pelas mentiras que aqueles querem impingir. Ser-nos-á fácil, nos dias de hoje, decidir o que será mais acertado fazer quanto ao café, quanto ao açúcar, quanto à pesca — quanto a quaisquer problemas da mais urgente atualidade econômica? É que, em tais casos, a ação contraditória dos interesses envolvidos é talvez mais forte do que nos outros, obstando uma visão clara dos problemas.

Mas, o desejo honesto e sério de entender e explicar fenômenos assim confusos e difíceis, não seria senão respeitável, quer inocentasse, quer criminasse, mesmo errando, os seus protagonistas. E não é isso o que faz o Snr. Raimundo Magalhães Júnior, a propósito de Rui, num capítulo cujo relêvo no corpo do volume demonstra-se por sua simples extensão: dilata-se por quarenta e quatro páginas, enquanto o que vem em segundo lugar nessa hierarquia do comprimento, não vai além de trinta.

Enfileirar nomes esquisitos de companhias ou enumerar vantagens oferecidas a concessionários, não adianta coisa alguma, pois o sistema era êsse mesmo, confessada e cabalmente: assim como agora se concedem favores a capitais que venham industrializar o nordeste, — buscava-se naquelas horas arrebanhar o dinheiro nacional para investimentos. Não se tratava de favoritismo: tratava-se de doutrina. Os desvirtuamentos e abusos que houve à sombra disso, terão de ser documentados.

Ora, a tendenciosidade maldosa do Snr. Magalhães Júnior vai manifestar-se, aqui, em dois planos.

O menos importante é o de acusações feitas a Rui Barbosa por atitudes que, em outros personagens, deixam de ser censuráveis aos olhos de Raimundo.

Teve Rui Barbosa, por exemplo, de atenuar ou modificar certas medidas que tomara; assim, ora ampliou, ora restringiu o número de bancos particulares autorizados a emitir. Esclarece o escritor que agora o condena: as pressões sobre Rui se faziam cada vez mais fortes. Pinta-o, então, “indeciso quanto às próprias medidas, intimidado pelas vozes adversas da imprensa, acossado pelos engenheiros, empreiteiros de obras públicas, e até por seus colegas de ministério”. . . . Seria errado que um administrador medisse as repercussões de seus atos, auscultasse a opinião? De qualquer forma, o crítico conclui: “as variações de Rui mostram-no às tontas, mudando de um polo a outro”.

No entanto, Deodoro que assinara os decretos de Rui, que presidira o encilhamento, lança depois um manifesto prometendo “grandes modificações no sistema bancário afim de restabelecer a normalidade da circulação metálica” e falando contra “a anarquia financeira”, o “jogo imoral das especulações”. Muito mais do que Rui, passou, portanto, de um polo para o outro. Todavia, do tom do Snr. Magalhães Júnior não se pode deduzir senão louvor.

E ainda há mais: o sucessor de Rui no ministério da Fazenda, tendo tributado as transferências de ações e os dividendos, provoca “agitação na praça” e “volta atrás”. *Volta atrás* é expressão de Raimundo. Mas, aqui, ele não diz que o ministro é indeciso e anda às tontas. . . . Para ele, Rui, exclusivamente, é que é versátil, hesitante, não sabe o que faz.

Esse é, porém, o propósito do encilhamento, o aspecto menos grave das acusações atiradas contra Rui. O aspecto mais grave refere-se à sua conduta moral. O incrível fundibulário tenta descrevê-lo como aproveitador do encilhamento.

Quais serão os fatos, quais, as provas, de tão dura acusação? É que Rui foi escolhido presidente de uma companhia cujo pomposo nome anunciava amplos desígnios: Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato-Grosso. E era uma enti-

dade que obtivera concessões do governo. Mas, acontece que eram concessões não encaminhadas através da Fazenda que era a pasta de Rui, e, sim, através da pasta da Agricultura. Ainda assim, o manifesto de lançamento da sociedade foi publicado em 24 de fevereiro de 1891. isto é — diz o próprio acusador: “mês e meio depois de haver Rui saído do ministério”. Então, para impressionar os leitores, diz o destruidor que “estranhamente disso não falam os biógrafos de Rui”. Mas, por que não falam, ô Raimundo? Será que haja alguma coisa a esconder, como insinuas? Não. É simplesmente porque não tem o mínimo alcance: que alcance pode ter o fato de um homem que deixou um cargo público, assumir uma função numa empresa privada constituída nos termos das leis?

Procurando enegrecer o quadro, demora-se o escritor cearense a estabelecer que, em junho de 1891, quatro meses, portanto, depois da eleição, Rui escreveu uma carta demitindo-se da presidência da companhia, sob a alegação de que nenhuma utilidade tinha ali. Poderia ser uma frase formalística ou poderia ser o reflexo de algum incidente ignorado. Magalhães Júnior, no entanto, avança que Rui era um presidente apenas nominal: cedera seu nome “a uma empresa duvidosa na qual não tinha a menor intervenção, a não ser para assinar papeis que lhe apresentavam, já preparados” (pág. 81). Tôda essa dedução é tanto mais gratuita quanto, na mesma página, imediatamente a seguir, vem transcrita uma carta da direção pedindo a Rui que vá à Secretaria de Agricultura assinar o termo de uma transação realizada “em conferência a que V. Excia. assistiu, no Banco de Crédito Real do Brasil”. Inculcado de nada fazer e apenas assinar papéis, Rui passa, agora, a réu de outro defeito: o de permanecer em exercício mas ser um presidente pouco zeloso. . . .

Independente do seu título ilustre de membro da Academia Brasileira, com sua corrente habilidade de jornalista, o Snr. Magalhães Júnior tinha a obrigação intelectual de apreender a inconsistência dos parágrafos com que vai enchendo o seu volume. Mas, não: continua, e aborda outro episódio com igual levandade.

Em 1918, o governo federal decidiu incentivar a produção de soda cáustica e prometeu favores às três primeiras fá-

bricas que para isso se instalassem. Um cunhado de Rui resolveu fazê-lo e organizou uma sociedade da qual fez Rui presidente. Depois de ter assentido, Rui escreveu ao cunhado abstendo-se de assumir pois “a lei estende a incompatibilidade parlamentar não só aos casos de garantias de juro mas também aos de *outra subvenção*, fórmula na qual parecem compreendidos os empréstimos às companhias”. Veja-se bem a expressão que Rui emprega: *parecem compreendidos os empréstimos*. E convida o parente a vir conversar sobre o assunto.

Daqui parte o autor de *Rui, o homem e o mito* para suas cerebrinas ilações.

É que, um mês depois, Rui dirige-se formalmente à companhia, colocando a questão em termos claros: o governo promete *empréstimos* e a lei proíbe participação de parlamentares em entidade que receba *subvenção*; para ele, empréstimo e subvenção são coisas diversas, pois um se paga e o outro é liberalidade. Mas, como podem surgir interpretações diferentes, ele renuncia ao cargo se a empresa vier a ser contemplada na concorrência.

A qualquer exame, constata-se que é um simples desdobramento da primeira carta. O Snr. Raimundo Magalhães, porém, descobre aí contradição — mudança de opinião quanto à incompatibilidade reconhecida antes. “Reconhecida”, diz Raimundo; Rui escrevera “parecem”. . . E as escavações continuam: verifica-se, depois, uma reunião da diretoria sob a presidência de Rui e como na ata não há referência à renúncia, o investigador conclui que Rui dera o dito por não dito. No entanto, o próprio trecho da ata que o livro transcreve, demonstra que a sociedade ainda andava a requerer, a concorrência não fôra julgada, isto é: a condição que Rui apresentara — ser a empresa contemplada com o empréstimo oficial — não se havia verificado. Não cabia, portanto, a condicionada renúncia.

No final de tudo, o capital que se reuniu entre os sócios não deu para montar a fábrica, o governo que só daria o empréstimo com a fábrica funcionando, não adiantou um vintém, a história acabou-se. O cunhado de Rui geme: “perdemos o trabalho e o dinheiro”. O snr. R. Magalhães Junior é que ganhou mais um tema de acusação, inventando um dolo, um crime, um abuso — com o mesmo desembaraço, com que, tra-

duzindo uma peça teatral, suprimiu-lhe personagens sob a alegação de que não faziam falta ao enredo. . .

Todos os acontecimentos cívicos, administrativos ou mesmo, particulares registrados na existência de Rui Barbosa, são reduzidos assim, pelo Snr. Magalhães Júnior, sem a mínima justificação ou plausibilidade, a interesse pessoal ou intuito inconfessável: se muda de sentimento religioso, é porque procura votos; se propõe uma reforma constitucional, é porque deseja impedir que um adversário seja vice-presidente de República; se deixa de combater um governo para apoiar a outro — veja-se bem: não, ao mesmo; a outro — é porque anda à cata de vantagens. . . Essa é a bitola dos raciocínios e das intenções dêsse pretendido restaurador da verdade histórica.

Com efeito, sobe Rodrigues Alves à presidência da República, — o homem que convoca Pereira Passos e Rio Branco, que extingue a febre amarela, que fixa as fronteiras, que restaura o câmbio, que encaminha as obras públicas. Rui Barbosa que fizera oposição a Prudente de Moraes e a Campos Sales, dispõe-se a apoiar o novo governante. E Magalhães diagnostica, com a percuciência de sua má fé: “cansado de um longo ostracismo, Rui queria abrir caminho para si e para os seus”. . . “Das ruínas de um Rui romântico e rebelde, surgia de súbito um Rui prático e imediatista, disposto a acomodar-se, a transigir, a servir aos homens que tanto ou mais que Prudente de Moraes e Campos Sales tinham servido ao florianismo. Agora, buscaria sofregamente as vantagens que, na oposição, não estariam, de modo algum, ao seu alcance” (pág. 244).

É difícil recompor a mediocridade de semelhante argumento.

Afinal, a ligação ao florianismo, coisa do passado, coisa morta, é que seria o critério para julgar êsses governos atuais, presentes, vivos? Teria de ser nociva aos olhos de Rui a administração de Rodrigues Alves só porque ele havia subscrito — como recorda Magalhães — os decretos de Floriano? Teria Rui, porventura, feito de tal florianismo a base única ou, pelo menos, principal de sua divergência em face dos governos instaurados em 1894 e 1898? Quais, os fundamentos do Snr. Magalhães Júnior para impugnar o aplauso de Rui ao novo

O primeiro caso é o de um concunhado, alemão de nascimento, naturalizado brasileiro. Floriano nomeou-o auxiliar dos serviços de imigração; quando Rui rompeu com Floriano, o funcionário foi demitido e largado em Lisboa, sem dinheiro para voltar. Como se há de ver, Rui deveria ser responsabilizado não só pelas nomeações senão também pelas demissões dos seus familiares...

Segue-se um filho dêsse concunhado e, a seu respeito, o próprio Magalhães Júnior adianta que "redigia com segurança em inglês". Rui aproveita-o na delegação à Conferência de Haia. Deve ter sido mais de quinze anos depois da nomeação anteriormente referida. E será indigno colocar-se uma pessoa assim habilitada num cargo de confiança?

Ao longo de sua restante carreira, teve Rui nomeados ainda um cunhado — como inspetor fiscal no Ministério da Fazenda — e dois genros — um para curador de órfãos e outro para um cartório. Assinale-se que o acusador não especifica as interferências de Rui nesses casos. O emprêgo mais vantajoso terá sido o de curador de órfãos — mas, não foi dado a nenhum anônimo, a nenhum insignificante: o nomeado tinha sido anteriormente promotor público na capital paulista, disputara em concurso a Coelho Neto um lugar de professor, trabalhava agora no Ministério das Relações Exteriores onde era bem visto pelo chanceler Rio Branco. Tratava-se do escritor Batista Pereira.

Mas, não se contenta o Snr. Magalhães Júnior em fabricar motivos de acusação com êsse precário material. Como lhe é necessário agredir de qualquer jeito, como não tem razões valiosas, como não se apercebe de que está exibindo a própria acuidade de seus argumentos, — alarga o capítulo e relata que, chegando Hermes da Fonseca à presidência da República, tanto o cunhado quanto o genro de Rui foram demitidos. O pitoresco retificador da história nacional diz então que "Rui irritou-se terrivelmente, com as demissões, frutos, ambas, de sua irreverência, do desdém com que tratava o adversário". "Mesmo violento, ferino, implacável com os inimigos, julgava-se com direito a um tratamento de exceção" (pág. 395).

Dispensamo-me de chamar a atenção para as atitudes mentais que tais palavras revelam: censurado pelas nomeações,

censurado por se ter ofendido, é Rui. O govêrno que fere um adversário político exonerando-lhe os parentes, é visto com outros olhos. Forçado a dizer que o ato das demissões foi "mesquinho", o Snr. Magalhães Júnior logo acrescenta que "tal degola se conciliava com o espírito da época na qual por sua vez se refletiam os vícios políticos herdados do tempo do Império" (pág. 395). Semelhante dualidade de critérios desmascara, desmoraliza o tribunal que êsse livro pretende ser.

E tanto mais escandalosa é a sentença quanto o fantasioso juiz, pretendendo mostrar como Rui se julgou ferido, incumbe-se de salientar que Rui levou para o Senado a discussão de uma das demissões — não a da outra. Agiu assim, — é o próprio Magalhães que o escreve: "a violência fôra a mesma e igual caráter de vingança revestia o ato governamental. Mas, não havia nessa demissão (a do cunhado) a menor sombra de ilegalidade — Carlos Viana Bandeira não tinha completado dez anos de serviço público" (pág. 397).

Qualquer leitor pára, relê e conclui: eis aí Rui Barbosa. Dois atos do govêrno ferem-no do mesmo modo, mas êle não responde do mesmo modo porque um ato feriu a lei, e o outro não. O leitor comum, dotado da simples inteligência comum, da simples honestidade comum, conclui assim porque a conclusão se impõe, e reverencia Rui — o reto, o nobre, o grande Rui. O Snr. Raimundo Magalhães Júnior, conclui de outra maneira e sai renovando, repisando, sublinhando, agravando as suas afrontas.

Pois, trata-se de afronta e de injúria — não de pesquisa ou de exegese. O que se pretendeu não foi destruir um mito: foi aviltar um caráter.

Há que distinguir entre a opinião crítica e a imaginação popular. A primeira em tempo algum transformou Rui em mito, mesmo quando o admira e exalta, quando lhe reconhece o incomparável mérito e a fecundíssima lição. Igualmente, não o fêz a segunda apesar dos entusiasmos próprios de sua natureza. Se o Brasil faz de Rui Barbosa não um mito, que é fábula e engôdo, mas um símbolo — que é realidade profunda e substancial — configurando nele muitos dos seus ideais, muito de sua concepção tanto de corajoso civismo quanto de simples e fundamental grandeza humana, — é que havia nêle, de fato,

alguma coisa de superior e de raro, alguma coisa que nos engrandecia e nobilitava.

Graças a Deus, resta ao Brasil, com a consciência, a capacidade de distinguir entre o sentido de uma ascensão e os tropeços de uma caminhada: ao têrmo da ação de Rui, como ao têrmo da ação de todos os grandes homens, fica um saldo, um enriquecimento, que largamente recobre o que houve de menor, de falho ou, mesmo, de errado, no que êles fizeram. Terão sido infalíveis e irrepreensíveis em todos os seus gestos, um Churchill, um Roosevelt? Até os sacrifícios as vêzes injustificados, que um Napoleão Bonaparte exigiu da França, podem ser pagos moralmente pelo sentimento de unidade e de glória, resultante dêles: a nação reconhece que saiu ganhando. É por cima dos episódios da marcha que se há de determinar o rumo da subida. Em sua espontânea sabedoria, dessa maneira identificam os povos os seus guias, os seus heróis — e debalde se insurgirão contra isso os mesquinhos, os incapazes, os estreitos de inteligência, os estéreis de alma. Ninguém fechará os olhos nem o coração do Brasil ao merecimento de Rui Barbosa.

TEILHARD DE CHARDIN: CIÊNCIA E PROFETISMO

Aluizio Bezerra Coutinho

A publicação dos escritos deixados por Pierre Teilhard de Chardin vem sendo feita de uma forma que é, senão desprovida de precedentes, pelo menos rara, pouco habitual: sob o patrocínio de uma comissão de homens de ciência formada pelo conjunto mais prestigioso que se poderia reunir dentre os que em todo o mundo se dedicam à paleontologia e às ciências do homem em geral. E não se diga que possa ter havido alguma tendenciosidade na sua composição. De forma alguma. A comissão patrocinadora encerra a maior variedade possível das tendências, opiniões e pendores existentes entre os que se ocupam dos temas que interessaram a Teilhard de Chardin. Fica portanto ao abrigo de qualquer suposição de partidarismo sectário, como da suspeita de condescendência ou de patrocínio gracioso. Cada nome da comissão revela uma personalidade, ilustre em seu domínio, que julga útil, se não indispensável a divulgação dos pensamentos que o padre e paleontólogo transferiu para seus cadernos.

Graças a esta publicação póstuma vem se tornando Teilhard de Chardin um favorito do público leitor. Seu nome passou a ser discutido, suas idéias aceitas com fervor ou atacadas com fúria, não se notando neste mundo de leitores surpresos, ora escandalizados ora deliciados, nem a serenidade nem o respeito que o grupo de patrocinadores em particular, e o mundo científico em geral, dedicam ao finado paleontólogo. Dir-se-ia que houve uma surpresa para o público leigo, nenhuma para o círculo de especialistas. Terá sido assim, até certo ponto. Mas isto não explica tudo, não permite compreender-se o fenômeno Teilhard de Chardin, o homem que se propôs a estudar o fenômeno humano, e ao fazê-lo, escandalizou uns, arrebatou